



PROASAS

**Universidade de São Paulo
Faculdade de Saúde Pública
Programa de Pós-Graduação Ambiente,
Saúde e Sustentabilidade**

**O município de São Paulo no contexto de cidades
sustentáveis da Agenda 2030 da ONU**

Produto Técnico Tecnológico apresentado ao
Programa de Pós-Graduação Ambiente,
Saúde e Sustentabilidade, da Faculdade de
Saúde Pública da Universidade de São Paulo
como parte integrante do Mestrado: O
município de São Paulo no contexto de
cidades sustentáveis da Agenda 2030 da
ONU

Nome Autora: Juliana de Avellar
Orientador: Prof. Dr. Arlindo Philippi Junior.

São Paulo
2022

RESUMO

AVELLAR, Juliana de. O município de São Paulo no contexto de cidades sustentáveis da Agenda 2030 da ONU. 166f. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.

Considerando que a referida dissertação foi elaborada no âmbito de um mestrado profissional, buscou-se trazer contribuições para melhorias na gestão municipal da cidade de São Paulo – em especial, para com a discussão de revisão do Plano Diretor Estratégico (PDE), em uma perspectiva de amparar e fortalecer o processo participativo social visando melhorias no desenvolvimento urbano da cidade. Neste sentido, como produto da dissertação, ao final de cada um dos sete capítulos foi disponibilizado um dossiê sintético dos dados levantados neste estudo, com uma síntese dos indicadores analisados e principais resultados encontrados, que segue abaixo, para ser usado como um compilado facilitador técnico de referência para as ações de revisão do PDE, ou, ainda, um inventário de dados que sirva de subsídio para ações de planejamento urbano, fornecendo elementos para criação e readequação das políticas públicas locais. Trata-se de uma compilação dos resultados encontrados na pesquisa e recomendações principais, a ser disponibilizado para os munícipes paulistanos, ao Poder Executivo e ao Poder Legislativo Municipal, como contribuição para engajar, otimizar, fomentar e subsidiar o processo participativo social nas ações normativas, regulatórias e de políticas públicas do Município.

1 PLANEJAMENTO URBANO, para todos.

PDE	Objetivo do Desenvolvimento Sustentavel (ODS)	Monitoramento PDE	ObservaSampa	Informes Urbanos	Geosampa
I - conter o processo de expansão horizontal da aglomeração urbana, contribuindo para preservar o cinturão verde metropolitano; II - acomodar o crescimento urbano nas áreas subutilizadas dotadas de infraestrutura e no entorno da rede de transporte coletivo de alta e média capacidade; V - implementar uma política fundiária e de uso e ocupação do solo que garanta o acesso à terra para as funções sociais da cidade e proteja o	11.3 Até 2030, aumentar a urbanização inclusiva e sustentável, e as capacidades para o planejamento e gestão de assentamentos humanos participativos, integrados e sustentáveis, em todos os países; 11.4 Fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o patrimônio cultural e natural do mundo; 1.7 Até 2030, proporcionar o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, particularmente para as mulheres e crianças, pessoas idosas	Participação percentual de área demarcada como ZEPAM pela área da unidade territorial	Sem dados específicos	“O que está sendo lançado no Centro de São Paulo?” “Centro de São Paulo atrai empreendimentos imobiliários residenciais”	Sem dados específicos
		Distribuição dos recursos liquidados do FUNDURB, por política setorial [subindicadores: Áreas Verdes e Habitação]			
		Evolução da quantidade de CEPAC negociados em leilão			
		Evolução da área construída nos EETU			
		Evolução da área construída nos EETU, por tipologia de uso			
		Evolução da média de dormitórios por unidade habitacional nos empreendimentos residenciais verticais lançados nos EETU			
		Evolução da quantidade de empregos formais nos EETU			
		Evolução do cumprimento da Função Social da Propriedade pelos imóveis notificados			
		Evolução de recursos arrecadados decorrentes da aplicação do IPTU Progressivo no Tempo			
		Evolução da quantidade de empreendimentos que utilizaram a Cota de Solidariedade			
		Evolução da arrecadação via OOC			
		Distribuição dos recursos liquidados do FUNDURB, no Sistema de Equipamentos Urbanos e Sociais			
		Distribuição territorial dos recursos liquidados do FUNDURB destinadas à Macrorregião Central			

patrimônio ambiental e cultural;	e pessoas com deficiência;				
XVI - recuperar e reabilitar as áreas centrais da cidade;	11.a Apoiar relações econômicas, sociais e ambientais positivas entre áreas urbanas, periurbanas e rurais, reforçando o planejamento nacional e regional de desenvolvimento.				
XIII - reduzir as desigualdades socioterritoriais para garantir, em todos os distritos da cidade, o acesso a equipamentos sociais, a infraestrutura e serviços urbanos.					

RESULTADOS ENCONTRADOS:

Monitoramento do PDE

(i) Participação percentual de área demarcada como ZEPAM pela área da unidade territorial

- ZEPAM (Zona Especial de Proteção Ambiental), dados apenas de 2016: as áreas total de ZEPAM (250.593.197 m²), que equivale a 16,41% da área total do município (1.527.533.600 m²);
- ausência de dados de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA).

(ii) Distribuição dos recursos liquidados do FUNDURB, por política setorial

- Áreas Verdes e Espaços Livres: constatou-se que dados apresentados não permitem aferir a contenção do processo de expansão horizontal da aglomeração urbana, contribuindo para preservar o cinturão verde metropolitano, conforme determina o primeiro objetivo do PDE [*dados detalhados no capítulo socioambiental*], ademais, destaca-se a queda nos valores repassados nos anos de 2017 e 2018, bem inferiores aos anos anteriores;

- Habitação Social: (i) repasse de verbas crescente entre 2014 e 2018, com queda em 2109 [25% em 2014; 34% em 2015; 41% em 2016; 66% em 2017; 71% em 2018 e 46% em 2019]; (ii) repasse acima de 30%, conforme determina o PDE, ocorreu somente após 2015; (iii) até o momento o Município carece de um Plano Municipal de Habitação¹.

(iii) Evolução da quantidade de CEPAC negociados em leilão

- dados de 2014 até 2019;
- Certificados de Potencial Adicional de Construção (CEPAC) são títulos imobiliários emitidos pelo Poder Público, ofertados e negociados em leilões públicos, utilizados como meio de pagamento de contrapartida financeira para a outorga de parâmetros urbanísticos adicionais dentro do perímetro de uma Operações Urbanas Consorciadas (OUC), ou seja, permite construir além do coeficiente básico;
- OUC's que utilizam CEPAC: Faria Lima, Água Espraiada e Água Branca;
- Incidência de negociação de CEPACs concentradas apenas na Faria Lima.

(iv) Evolução da área construída nos EETU; Evolução da área construída nos EETU, por tipologia de uso; Evolução da média de dormitórios por unidade habitacional nos empreendimentos residenciais verticais lançados nos EETU; Evolução da quantidade de empregos formais nos EETU

- dados destes indicadores comprovam crescimento nos Eixos de Estruturação da Transformação Urbana, todavia, concentrados na verticalização do uso residencial, com queda na quantidade do número de dormitórios por habitação, bem como queda de empregos formais na região.

(v) Evolução do cumprimento da Função Social da Propriedade pelos imóveis notificados

- dados de 2014 até 2019;
- em relação ao envio de notificações, houve avanço considerável entre 2014 e 2016 [*de 77 imóveis para 1346 imóveis notificados, cumulativamente*], após houve estabilidade nos números [2017 = 1410 notificações; 2018 = 1418 e 2019 = 1661, cumulativamente];
- em relação ao cumprimento da notificação, temos constante queda: 18% de atendimento em 2014; 15% em 2015; 12% em 2016; 11,9% em 2017; 11,8% em 2018; 10% em 2019.

(vi) Evolução de recursos arrecadados decorrentes da aplicação do IPTU Progressivo no Tempo

- dados de 2016 até 2019, que nos permite mensurar o quanto a Prefeitura lançou e arrecadou, além de comprovar também o quanto não está conseguindo converter em arrecadação ao utilizar o IPTU Progressivo como ferramenta para incrementar a Função Social da Propriedade;
- dos valores lançados, foram arrecadados os seguintes: 38% em 2016; 24% em 2017; 16% em 2018 e 7% em 2019.

(vii) Evolução da quantidade de empreendimentos que utilizaram a Cota de Solidariedade

¹ Em 2016, o Secretário Municipal de Habitação à época, Dr. João Sette Whitaker Ferreira, coordenou a elaboração de um Plano Municipal de Habitação, Projeto de Lei nº 619/16, disponível em <http://www.habitasampa.inf.br/> [último acesso em 26 de julho de 2022] que, no entanto, encontra-se, até o momento, pendente de análise da Câmara Municipal de São Paulo.

- os dados apresentam a quantidade de empreendimentos imobiliários de grande porte que tiveram que cumprir a cota de produção de habitação de interesse social e demonstram números irrisórios;
- em 2015, 1 empreendimento; 2017, 2 empreendimentos; 2018, 4 empreendimentos e 2019, 5 empreendimentos [*não há registros de 2014 e 2016*].

(viii) Evolução da arrecadação via OOC

- consiste na cobrança de uma contrapartida financeira para obtenção de permissão para construir acima do Coeficiente de Aproveitamento Básico;
- representa 90% do FUNDURB [2014 – 2019, houve crescimento; porém com queda em 2020], conforme abaixo:
- 2014 = R\$ 206.776.822,00
- 2015 = R\$ 249.973.455,00
- 2016 = R\$ 209.947.938,00
- 2017 = R\$ 210.187.562,00
- 2018 = R\$ 335.075.268,00
- 2019 = R\$ 741.373.275,00
- 2020 = R\$ 542.877.159,00

(ix) Distribuição dos recursos liquidados do FUNDURB, no Sistema de Equipamentos Urbanos e Sociais

- dados de 2014 a 2019;
- distribuição em seis tipos de intervenção no sistema de equipamentos urbanos: cultura; educação; assistência social; esportes; saúde e segurança alimentar; porém não há repasse de valores para equipamentos de assistência social, de saúde e de segurança alimentar.
- repasses não lineares e que apresentam variação muito grande em valores repassados à equipamentos de cultura, educação e esportes;
- 2015, 2017 e 2018 não houve verbas do FUNDURB para os equipamentos de esportes.

(x) Distribuição territorial dos recursos liquidados do FUNDURB destinadas à Macrorregião Central

- dados de 2014 a 2018 apontam crescimento de valores destinados à região central; porém sem detalhamento em que/como foram aplicados.

Informes Urbanos:

(i) “O que está sendo lançado no Centro de São Paulo?”

- de 19 de setembro de 2018;
- o material analisa as características dos apartamentos construídos na área central do município entre 2007 e 2017;
- destaca-se que os empreendimentos imobiliários da região central “apresentam alto coeficiente de aproveitamento e possuem apartamentos pequenos e sem vagas de garagem, seguindo as diretrizes do Plano Diretor Estratégico (PDE)” e atribui a inexistência de vagas para automóveis nos prédios ao fato de os empreendimentos seguirem a concepção de aproveitar as boas condições de mobilidade do Centro, dotado de infraestrutura multimodal de transportes.

(ii) **“Centro de São Paulo atrai empreendimentos imobiliários residenciais”,**

- de 17 de maio de 2018;
- houve acréscimo de 57%, entre 2007 e 2016, de empreendimentos residenciais na região central;
- o material destaca, ainda, que “esta oferta expressiva de apartamentos em uma região da cidade que por um longo período mostrou perda de população pode ser um fator de impulso à tendência de repovoamento do centro”.

RECOMENDAÇÕES PRINCIPAIS:

- disponibilização de dados atualizados e completa metodologia de cálculo;
- equalização da distribuição de gastos do FUNDURB;
- análise, aprovação e regulamentação do Plano Municipal de Habitação [Projeto de Lei nº 619/16];
- fomento aos instrumentos de gestão e cumprimento da Função Social da Propriedade.

2 MOBILIDADE URBANA, a conta do deslocamento.

PDE	ODS	Monitoramento PDE	ObservaSampa	Informes Urbanos	Geosampa
III - reduzir a necessidade de deslocamento, equilibrando a relação entre os locais de emprego e de moradia; IV - expandir as redes de transporte coletivo de alta e média capacidade e os modos não motorizados, racionalizando o uso de automóvel.	11.2 Até 2030, proporcionar o acesso a sistemas de transporte seguros, acessíveis, sustentáveis e a preço acessível para todos, melhorando a segurança rodoviária por meio da expansão dos transportes públicos, com especial atenção para as necessidades das pessoas em situação de vulnerabilidade, mulheres, crianças, pessoas com deficiência e idosos.	Distribuição dos recursos liquidados do FUNDURB no Sistema de Mobilidade	“Ciclovias implantadas” “Corredores exclusivos de ônibus” “Despesa realizada pela Prefeitura Municipal de São Paulo com a função orçamentária Transporte” “Frota de ônibus com acessibilidade para pessoas com mobilidade reduzida”	“Mulheres e seus deslocamentos na cidade: uma análise da pesquisa Origem e Destino do Metrô”	Mapa "Corredores de ônibus da cidade de São Paulo" Mapa "Rede cicloviária da cidade de São Paulo"
		Evolução da área construída nos EETU		“A mobilidade das mulheres na cidade de São Paulo”	
		Evolução da área construída nos EETU, por tipologia de uso		“Mobilidade dos idosos na cidade de São Paulo: resultados da Pesquisa Origem e Destino 2017”	
		Evolução da média de dormitórios por unidade habitacional nos empreendimentos residenciais verticais lançados nos EETU		“O uso da bicicleta na cidade de São Paulo: uma comparação dos resultados das pesquisas OD 2007 e 2017”	
		Evolução da quantidade de empregos formais nos EETU		“O que mudou na mobilidade no município de São Paulo entre 2007 e 2017?”	

RESULTADOS ENCONTRADOS:

Monitoramento do PDE

(i) Distribuição dos recursos liquidados do FUNDURB, no Sistema de Mobilidade

- único relacionado à estratégia “Melhorar a Mobilidade Urbana” no site do Monitoramento do PDE;
- dados 2014 – 2019;

- de acordo com o artigo 340 do PDE, ao menos 30% dos recursos do FUNDURB devem ser destinados à mobilidade e apenas em 2015 esse percentual foi atendido:

2014 = 20% (R\$ 69milhões);
2015 = 39% (R\$ 101milhões);
 2016 = 28% (R\$ 66milhões);
 2017 = 15% (R\$ 17milhões);
 2018 = 15% (R\$ 20milhões);
 2019 = 17% (R\$ 155milhões).

- é possível notar a volatilidade da distribuição dos recursos nos tipos de intervenção, entre sistema viário, cicloviário, circulação de pedestres e transporte público coletivo. *[O sistema cicloviário recebeu 9,44% dos recursos destinados pelo FUNDURB à Mobilidade Urbana em 2014, mas essa fatia caiu para 1,1% em 2015 e foi zerada nos três anos seguintes, 2016, 2017 e 2018. Em 2017, 100% da verba foi aplicada no sistema de transporte público. Para o sistema de pedestres teve atenção apenas nos anos de 2015 (41,9%) e 2016 (39,1%). O montante financeiro destinado ao sistema viário também foi nulo nos anos de 2017 e 2018, tendo alcançado 17,72% em 2014, 2,55% em 2015 e 16,5% em 2016];*
- não houve investimentos a longo prazo neste setor.

(ii) Evolução da área construída nos EETU; Evolução da área construída nos EETU, por tipologia de uso; Evolução da média de dormitórios por unidade

habitacional nos empreendimentos residenciais verticais lançados nos EETU; Evolução da quantidade de empregos formais nos EETU [incentivos: coeficiente de aproveitamento máximo; uso misto]

- dados destes indicadores comprovam crescimento nos Eixos de Estruturação da Transformação Urbana, todavia, concentrados na verticalização do uso residencial, com queda na quantidade do número de dormitórios por habitação, bem como queda de empregos formais na região. Portanto, tais estratégias seguem distantes de qualquer contribuição para com a mobilidade urbana.

Observação:

“Ciclovias implantadas”

- período 2014 até 2019;
- entre 2014 e 2016 houve progresso na implantação das referidas vias, que seguiram estagnadas após este período [2014 = 69,40 km; 2015 = 94,40 km; 2016 = 130,20 km; sem avanços para os anos posteriores]

“Corredores exclusivos de ônibus”

- período 2014 até 2019, porém sem dados de 2018;
- números inexpressivos de crescimento na construção de corredores [2014 = 119,30 km; 2015 = 119,30 km; 2016 = 128,23 km; 2017 = 128,30km e 2019 = 129,10km; dados cumulativos]

“Despesa realizada pela Prefeitura Municipal de São Paulo com a função orçamentária Transporte”

- período 2014 até 2019;
- um ligeiro crescimento nas despesas destinadas ao Transporte entre 2014 e 2018, com queda em 2019 [*em 2014, foram destinados 8,24% do orçamento; em 2015, o índice cresceu para 8,27%; em 2016 nova alta, 8,56%; em 2017 chegou a 8,8%; 2018 teve o auge, 9,47%, e, queda em 2019, para 8,71%*];
- Considerando o ano de aprovação do PDE, 2014, o crescimento da fatia orçamentária destinada ao Transporte foi de cerca de 16% até 2019.

“Frota de ônibus com acessibilidade para pessoas com mobilidade reduzida”

- período 2014 até 2019;
- em 2014, 21% da frota de ônibus da cidade não era provida de acessibilidade; em 2019 esse percentual caiu para menos de 0,5%, alcançando 99,43% de acessibilidade para frota municipal.

Informes Urbanos

“Mulheres e seus deslocamentos na cidade: uma análise da pesquisa Origem e Destino do Metrô”

- dados de 2017, publicados em 2020;
- mulheres representam 50,6% das viagens;
- mulheres andam mais a pé que os homens, com destaque na periferia (viagens por trabalho, educação, saúde, compras).

“A mobilidade das mulheres na cidade de São Paulo”

- dados de 2016, publicados em 2016;
- mulheres utilizam mais o transporte coletivo e andam mais a pé que os homens [*o uso desses dois modais pelas mulheres representava 75,6% dos deslocamentos, enquanto para os homens 62,5%*].

“Mobilidade dos idosos na cidade de São Paulo: resultados da Pesquisa Origem e Destino 2017”

- dados de 2017, publicados em 2020;
- grupo etário que mais cresce na cidade e se locomove cada vez mais [*2007, a média diária de viagens da população idosa era de 1,25 viagem por habitante, índice que subiu para 1,44 em 2017*];
- meios de transporte utilizados: transporte individual motorizado (38,6%), coletivo (38,2%), mas uma parcela importante (23%) faz os deslocamentos exclusivamente a pé.

“O uso da bicicleta na cidade de São Paulo: uma comparação dos resultados das pesquisas OD 2007 e 2017”

- dados do decênio 2007-2017, publicados em 2020;
- 2017 = 59.500 usuários de bicicleta; 220 mil viagens realizadas [48% a mais que 2007]

“O que mudou na mobilidade no município de São Paulo entre 2007 e 2017?”

- dados do decênio 2007-2017, publicados em 2019;
- entre 2007 e 2017 subiu de 56% para 58% a quantidade de viagens por transporte coletivo;
- os distritos que apresentam maiores participações de viagens motorizadas são Lapa, Vila Leopoldina, Barra Funda e Morumbi (regiões de maior nível socioeconômico);
- já as viagens não motorizadas se concentram nos distritos periféricos, cuja população em geral tem menor padrão socioeconômico, tais como Jardim Helena, Lajeado, Itaim Paulista, São Rafael e Parelheiros.

Geosampa

Mapas "**Corredores de ônibus da cidade de São Paulo**" e "**Rede cicloviária da cidade de São Paulo**"

RECOMENDAÇÕES PRINCIPAIS:

- disponibilização de dados atualizados e completa metodologia de cálculo;
- equalização da distribuição de gastos do FUNDURB;
- políticas públicas voltadas aos mais vulneráveis [crianças, mulheres, idosos e portadores de necessidades especiais];
- políticas públicas voltadas ao meios não motorizados;
- políticas públicas voltadas à microacessibilidade;
- políticas de inclusão digital e de incentivo a possibilidade de trabalho remoto.

3 HABITAÇÃO, espaço da dignidade.

PDE	ODS	Monitoramento PDE	ObservaSampa	Informes Urbanos	Geosampa
VI - reservar glebas e terrenos, em áreas dotadas de infraestrutura e transportes coletivos, em quantidade suficiente para atender ao déficit acumulado e às necessidades futuras de habitação social; VII - promover a regularização e a urbanização de assentamentos precários.	11.1 Até 2030, garantir o acesso de todos à habitação segura, adequada e a preço acessível, e aos serviços básicos e urbanizar as favelas.	Distribuição dos recursos liquidados do FUNDURB, na Política de Habitação Social Produção de unidades habitacionais de HIS <i>retirado do site</i> Regularização de assentamentos precários <i>retirado do site</i> Evolução da área construída nos EETU Evolução da área construída nos EETU, por tipologia de uso Evolução da média de dormitórios por unidade habitacional nos empreendimentos residenciais verticais lançados nos EETU Evolução da quantidade de empreendimentos que utilizaram a Cota de Solidariedade	"Estimativa de domicílios em favela (%)" "Déficit habitacional em relação ao total de domicílios (%)"	"Áreas de risco no município de São Paulo"	Mapa "Localização das Favelas na cidade de São Paulo"

RESULTADOS ENCONTRADOS:

Monitoramento do PDE

(i) Distribuição dos recursos liquidados do FUNDURB, na política de Habitação Social

- dados 2014 – 2019;
- de acordo com o artigo 340 do PDE, ao menos 30% dos recursos do FUNDURB devem ser destinados à habitação e apenas em 2014, ano de publicação do PDE, esse percentual não foi atendido:
 - 2014 = 25% (R\$ 84milhões);
 - 2015 = 34% (R\$ 86milhões);
 - 2016 = 41% (R\$ 99milhões);
 - 2017 = 66% (R\$ 70milhões);

2018 = 71% (R\$ 94milhões);
2020 = 46% (R\$ 175milhões).

- não há detalhamento em qual tipo de intervenção os valores foram aplicados – se em “aquisição de imóveis”, “produção de unidades habitacionais”, “regularização fundiária” e/ou “urbanização de assentamentos precários”;
- ausência de informação sobre a quantidade de unidades de Habitação de Interesse Social construídas, ou áreas regularizadas, desde a entrada em vigor do Plano Diretor de 2014.

(ii) Evolução da área construída nos EETU; Evolução da área construída nos EETU, por tipologia de uso; Evolução da média de dormitórios por unidade habitacional nos empreendimentos residenciais verticais lançados nos EETU; [incentivos: coeficiente de aproveitamento máximo; uso misto]

- dados destes indicadores comprovam crescimento nos Eixos de Estruturação da Transformação Urbana, todavia, concentrados na verticalização do uso residencial, com queda na quantidade do número de dormitórios por habitação. Portanto, tais estratégias seguem distantes de qualquer contribuição para com o tema habitação social.

(iii) Evolução da quantidade de empreendimentos que utilizaram a Cota de Solidariedade

- os dados apresentam a quantidade de empreendimentos imobiliários de grande porte que tiveram que cumprir a cota de produção de habitação de interesse social e demonstram números irrisórios [*em 2015, 1 empreendimento; 2017, 2 empreendimentos; 2018, 4 empreendimentos e 2019, 5 empreendimentos*];
- não há registros de 2014 e 2016.

Observação:

“Estimativa de domicílios em favela (%)”

- lenta redução do número de favelas entre 2016 e 2018;
- o número de domicílios em favelas é um dado estimado a partir de vistorias técnicas.

Déficit habitacional em relação ao total de domicílios (%)

- dados são computados de 10 em 10 anos;
- em 2000, o déficit habitacional era de 6,81% e em 2010 cresceu para 13,14%; ainda sem dados de 2020.

Informes Urbanos

“Áreas de risco no município de São Paulo”

- dados de 2010 apontavam que a cidade de São Paulo tem cerca de 14,6 km² ocupados por populações submetidas a situações de risco geológico [*área equivalente a 0,96% dos 1.521 km² do território paulistano*];
- 42% das áreas de risco geológico com moradia estão na Zona Sul; 27%, na Leste; 23%, na Norte; e 8%, na Oeste;
- lideram as ocorrências de risco: M'Boi Mirim, Capela do Socorro, São Mateus e Cidade Tiradentes.

Geosampa

Mapa "Localização das Favelas na cidade de São Paulo"

RECOMENDAÇÕES PRINCIPAIS:

- disponibilização de dados atualizados e completa metodologia de cálculo;
- equalização da distribuição de gastos do FUNDURB e detalhamento da aplicação dos recursos;
- criação e regulamentação do Plano Municipal de Habitação (Projeto de Lei 619/16).

4 ASPECTOS SOCIOAMBIENTAIS, lutas interligadas.

PDE	ODS	Monitoramento PDE	ObservaSampa	Informes Urbanos	Geosampa
VIII - contribuir para a universalização do abastecimento de água, a coleta e o tratamento ambientalmente adequado dos esgotos e dos resíduos sólidos; IX - ampliar e requalificar os espaços públicos, as áreas verdes e permeáveis e a paisagem; X - proteger as áreas de preservação permanente, as unidades de conservação, as áreas de proteção dos mananciais e a biodiversidade; e, XI - contribuir para mitigação de fatores antropogênicos que contribuem para a mudança climática, inclusive por meio da redução e remoção de gases de efeito estufa, da utilização de fontes renováveis de energia e da construção sustentável,	11.4 Fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o patrimônio cultural e natural do mundo; 11.5 Até 2030, reduzir significativamente o número de mortes e o número de pessoas afetadas por catástrofes e substancialmente diminuir as perdas econômicas diretas causadas por elas em relação ao produto interno bruto global, incluindo os desastres relacionados à água, com o foco em proteger os pobres e as pessoas em situação de vulnerabilidade; 11.6 Até 2030, reduzir o impacto ambiental negativo per capita das cidades, inclusive prestando especial atenção à qualidade do ar, gestão de resíduos municipais e outros; 11.7 Até 2030, proporcionar o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, particularmente para as mulheres e crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência.	Distribuição dos recursos liquidados do FUNDURB, no Sistema de Saneamento Ambiental	“Emissão de material particulado (MP) pela frota de ônibus municipais” “Emissão de Óxidos de Nitrogênio (NOx) pela frota de ônibus municipais” “Lentidão máxima média no trânsito – pico da manhã (km)” “Lentidão máxima média no trânsito – pico da tarde (km)”	Sem dados específicos	Mapa Remanescentes do Bioma Mata Atlântica
		Distribuição dos recursos liquidados do FUNDURB, no Sistema de Áreas Protegidas, Áreas Verdes e Espaços Livres			
		Distribuição de Parques Municipais, demarcados como ZEPAM, por estágio de implementação			
		Distribuição de Parques Municipais, demarcados como ZEPAM, por categoria de parque			
		Participação percentual de área demarcada como ZEPAM pela área da unidade territorial			
		Distribuição de área demarcada como ZEPAM, por tipologia de vegetação de Mata Atlântica			
		Evolução da quantidade de licenças ambientais expedidas, por tipo de licença			
		Evolução de licenças ambientais expedidas, por finalidade do empreendimento			

e para a adaptação aos efeitos reais ou esperados das mudanças climáticas.	E a meta letra “b” Até 2020, aumentar substancialmente o número de cidades e assentamentos humanos adotando e implementando políticas e planos integrados para a inclusão, a eficiência dos recursos, mitigação e adaptação às mudanças climáticas, a resiliência a desastres; e desenvolver e implementar, de acordo com o Marco de Sendai para a Redução do Risco de Desastres 2015-2030, o gerenciamento holístico do risco de desastres em todos os níveis.				
--	--	--	--	--	--

RESULTADOS ENCONTRADOS:

Monitoramento do PDE

(i) Distribuição dos recursos liquidados do FUNDURB, no Sistema de Saneamento Ambiental

- tipos de intervenções: “abastecimento de água”, “drenagem”, “esgotamento sanitário”, “gestão integrada de resíduos sólidos”;
- gasto zero para “abastecimento de água”, “esgotamento sanitário”, “gestão integrada de resíduos sólidos”;
- verbas liquidadas em apenas um tipo de intervenção, a “Drenagem”, e os dados apontam para redução drástica de investimentos desde a aprovação da PDE [2014 = R\$ R\$ 155.330.842,90; 2015 = R\$ 37.179.405,13 (queda de 78%); 2016 = R\$ 227.997,67 (queda de 99%); 2017 = R\$ 3.146.803,12 (aumento de 1.534,8% em relação ao ano anterior, mas o valor é pouco mais de 10% do total liquidado em 2015 e apenas 2% do montante desembolsado em 20140 e 2019 = R\$ 1.690.740,29];
- ausência de registro de dados de 2018.

(ii) Distribuição dos recursos liquidados do FUNDURB, no Sistema de Áreas Protegidas, Áreas Verdes e Espaços Livres

- tipos de intervenções: “Equipamentos de cultura”, “Espaços Livres”, “Parques urbanos e lineares” e “Praças”;
- na ficha técnica não há definição para os termos “Espaços Livres” e “Equipamentos de cultura”;
- destaca-se a queda nos valores repassados nos anos de 2017 e 2018, bem inferiores a de anos anteriores [2014 $\cong$ 9milhões; 2015 $\cong$ 13milhões; 2016 $\cong$ 9milhões; 2017 $\cong$ 500mil; 2018 $\cong$ 2,3milhões e 2019 $\cong$ 26 milhões], distribuídos da seguinte forma:

Intervenção/Ano	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Equipamentos de cultura	---	---	---	---	R\$ 238.035,00	---

Espaços Livres	---	---	---	R\$ 495.185,00	R\$ 1.385.637,00	R\$ 20.475.477,00
Parques urbanos e lineares	---	---	---	---	---	R\$ 429.571,00
Praças	R\$ 9.208.754,00	R\$ 13.301.484,00	R\$ 9.371.374,00	---	R\$ 731.237,00	R\$ 5.100.945,00

(iii) Distribuição de Parques Municipais, demarcados como ZEPAM, por estágio de implementação

- este indicador não apresenta a evolução da ampliação de áreas da cidade destinadas à parques, os dados foram atualizados em julho de 2014;
- área total de parques existentes + previsto = 113.925.191 m² [existente 27,95% $\cong$ 31.850.652m²; em planejamento 59,47% e em implantação 12,52%];
- chama a atenção o grande número de parques “em planejamento” [59,47%];
- foram demarcadas áreas para implantação de 167 novos parques municipais, para se somarem aos 105 já existentes na cidade de São Paulo e definiu que todos os parques municipais passam a ser enquadrados como ZEPAM (Zona Especial de Proteção Ambiental), ou seja, porções do território do Município destinadas à preservação e proteção do patrimônio ambiental.

(iv) Distribuição de Parques Municipais, demarcados como ZEPAM, por categoria de parques

- apenas complementa as informações do indicador anterior pelo menos no que se refere aos parques já existentes com dados apenas de 2014, ou seja, quando da aprovação do PDE;
- área existente de parque linear $\cong$ 2.922,171 m²; de parque natural $\cong$ 19.443.569m² e de parque urbano $\cong$ 9.476.515m² (que somam o total de 31.842.255m², porém, a área total existente, mencionada, é de 31.850.652m²).

(v) Participação percentual de área demarcada como ZEPAM pela área da unidade territorial

- os dados foram atualizados em janeiro de 2016;
- área total de 250.593.197 m² demarcada como ZEPAM, o que equivale a 16,41% da área total do município (1.527.533.600 m²);
- 42,29% estão na Macroárea de Redução da Vulnerabilidade Urbana e Recuperação Ambiental;
- 21,11% estão na Macroárea Preservação dos Ecossistemas Naturais;
- 15,21% estão na Macroárea de Controle e Qualificação Urbana e Ambiental;
- 8,43% estão na Macroárea de Estruturação Metropolitana;
- 7,36% Macroárea de Contenção Urbana e Uso Sustentável;
- 3,11% Macroárea de Redução da Vulnerabilidade Urbana;
- 1,27% Macroárea de Urbanização Consolidada;
- 1,21% na Macroárea de Qualificação da Urbanização.

(vi) Distribuição de área demarcada como ZEPAM, por tipologia de vegetação de Mata Atlântica

- dados tão somente de 2016, atualizados em 2017;

- o indicador apresenta a distribuição de áreas demarcadas como ZEPAM, por tipologia de vegetação do Bioma Mata Atlântica, a partir da classificação proposta no Plano Municipal de Mata Atlântica. - Bosque Heterogêneo (BOH) - Campo Alto Montano (CAM) - Campos Gerais (CPO) - Campo de Várzea e Vegetação Aquática (CVA) - Mata de Várzea (MAV) - Mata Ombrófila Densa (MOD);
- tipos de vegetação de Mata Atlântica e a proporção de ocupação nas ZEPAMs são:
 - Mata Ombrófila Densa (MOD) = 53,15%;
 - Bosque Heterogêneo (BOH) = 12,75%;
 - Campo de Várzea e Vegetação Aquática (CVA) = 4,34%;
 - Campos Gerais (CPO) = 3,65%;
 - Mata de Várzea (MAV) = 1,67%;
 - Campo Alto Montano (CAM) = 0,01%.

(vii) Evolução da quantidade de licenças ambientais expedidas, por tipo de licença

- dados completos (de 2014 a 2019) para os três tipos de Licenças: Licença Ambiental Prévia (LAP), Licença Ambiental de Instalação (LAI) e Licença Ambiental de Operação (LAO), para os empreendimentos que tiveram que realizar Estudo de Viabilidade Ambiental (EVA);
- o número de LAPs não evoluiu, apenas LAIs e LAOs;
 - Em 2014 foram emitidas 6 licenças ambientais (4 LAOs e 2 LAIs);
 - Em 2015, 10 (3 LAOs e 7 LAIs);
 - Em 2016, 9 (3 LAOs e 6 LAIs);
 - Em 2017, 10 (5 LAOs e 5 LAIs);
 - Em 2018, 10 (4 LAOs e 6 LAIs); e
 - Em 2019, 13 (01 LAPs, 8 LAOs e 4 LAIs).
- total acumulado de Licenças Ambientais emitidas com base em EVA até 2019: 124, sendo 6 LAPs, 66 LAIs e 52 LAOs.
- total acumulado de Licenças Ambientais emitidas com base em EIA/RIMA até 2019: 1214, sem menção de distinção entre LAPs, LAIs e LAOs.
- no entanto, não são dados relevantes para a pesquisa, pois não informam o escopo da atividade licenciada, a localização dos empreendimentos, as condicionantes técnicas de validade das respectivas licenças e, tampouco, a quantidade de pedidos requeridos, para compararmos com a quantidade de pedidos deferidos.

(viii) Evolução de licenças ambientais expedidas, por finalidade do empreendimento

- o número de licenças expedidas para o setor de infraestrutura é extremamente maior do que os demais setores (por ex.: mobilidade, saneamento, áreas verdes e etc.), porém sem detalhes do escopo da atividade licenciada, da localização dos empreendimentos, das condicionantes técnicas de validade das respectivas licenças e, tampouco, da quantidade de pedidos requeridos, para compararmos com a quantidade de pedidos deferidos.

Observação:

Emissão de material particulado (MP) pela frota de ônibus municipais

- dados de 2015 até 2019;

- o consumo de diesel da frota de ônibus municipais diminuiu de 94 em 2015 para 49 em 2019.

Emissão de Óxidos de Nitrogênio (NOx) pela frota de ônibus municipais

- dados de 2015 até 2019;
- diminuiu de 6.085 em 2015 para 4.036 em 2019.

Lentidão máxima média no trânsito – pico da manhã (km)

- dados completos (de 2014 a 2019);
- apresenta redução da taxa entre 2014 e 2017, mas um aumento brusco em 2018, quando o índice passa a ser pior que o de 2014, depois de um período de três anos de avanço, sofrendo nova queda em 2019.

Lentidão máxima média no trânsito – pico da tarde (km)

- dados completos (de 2014 a 2019);
- houve queda no índice de 2015 até 2017 e aumento na lentidão em 2018, sofrendo nova queda em 2019.

Geosampa:

Mapa Remanescentes do Bioma Mata Atlântica

- ilustra os dados encontrados no indicador do site do Monitoramento do PDE: **“Distribuição de área demarcada como ZEPAM, por tipologia de vegetação de Mata Atlântica”**

Outros Indicadores:

Oferecemos um estudo com dados da CETESB sobre os índices de poluição antes (de 11 a 20/03/2021) e depois da necessidade de confinamento (22 a 31/03/2021) e o estudo provou que a partir de mudanças no modo de trabalho, redução da necessidade de deslocamento e novos comportamentos adquiridos durante o período da pandemia COVID-19 resultaram em melhora na qualidade do ar.

RECOMENDAÇÕES PRINCIPAIS:

- disponibilização de dados atualizados e completa metodologia de cálculo;
- equalização da distribuição de gastos do FUNDURB;
- regulamentação e implementação do Fundo Municipal de Parques;
- disponibilização de relatórios de acompanhamento do Plano de Ação Climática do Município;
- políticas de inclusão digital e de incentivo a possibilidade de trabalho remoto.

5 CULTURA, memória e pertencimento.

PDE	ODS	Monitoramento PDE	ObservaSampa	Informes Urbanos	Geosampa
XII - proteger o patrimônio histórico, cultural e religioso e valorizar a memória, o sentimento de pertencimento à cidade e a diversidade.	11.4 Fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o patrimônio cultural e natural do mundo.	Áreas de ZEPEC na unidade territorial em relação à área total de ZEPEC no Município, por categoria	Sem dados específicos	Sem dados específicos	Mapa “Bens tombados ou em processo de tombamento”
		Áreas de ZEPEC na unidade territorial em relação à área total de ZEPEC no Município			
		Evolução da quantidade de bens imateriais reconhecidos como patrimônio imaterial			
		Evolução da quantidade de imóveis tombados <i>retirado do site</i>			
		Evolução da quantidade de imóveis tombados, por esfera de tombamento - <i>retirado do site</i>			
		Evolução da quantidade de imóveis tombados com demarcação de Área Envolória			
		Distribuição dos recursos liquidados do FUNDURB, no Sistema de Proteção ao Patrimônio Cultural			

RESULTADOS ENCONTRADOS

Monitoramento do PDE

(i) Áreas de ZEPEC na unidade territorial em relação à área total de ZEPEC no Município, por categoria e Áreas de ZEPEC na unidade territorial em relação à área total de ZEPEC no Município:

- dados tão somente de 2016 sobre o total de áreas demarcadas como ZEPEC's (Zonas Especiais de Preservação Cultural);
72,22% das ZEPECs estão na Macroárea de Preservação dos Ecossistemas Naturais;
13,2% na Macroárea de Urbanização Consolidada;
6,09% na Macroárea de Estruturação Metropolitana;

4,71% na Macroárea de Controle e Qualificação Urbana e Ambiental;
1,77% na Macroárea de Qualificação da Urbanização; e
0,01% na Macroárea de Redução da Vulnerabilidade Urbana.

(ii) Evolução da quantidade de bens imateriais reconhecidos como patrimônio imaterial

- dados de 2013 até 2016;
- nota-se que a partir da publicação do PDE o número saltou de 2 (2013) para 24 (2014) bens imateriais, porém seu crescimento foi desacelerado;
- quantidade acumulada de bens imateriais: 2013 = 2 bens imateriais (Casa Godinho e o Samba Paulistano); 2014 = 24 bens imateriais (inclusão de 22 Teatros); 2015 = idem, 24 bens imateriais e 2016 = 25 unidades de bens imateriais (inclusão do Samba Rock).

(iii) Evolução da quantidade de imóveis tombados *(retirado do site)*:

- dados até 2018, porém foram todos excluídos do site;
- números mostravam que, a partir da publicação do PDE, o tombamento aumentou 36% (entre 2014 e 2018):
- a título de comparação: 2009 até 2014 aumento de 14% (passando de 1.962 para 2.253);
2015 p/ 2016 aumento de 20% de imóveis tombados (passando de 2.287 para 2.751);
2017 = 2.849 imóveis tombados; 2018 = 3.065 imóveis tombados, não havia dados de 2019;

(iv) Evolução da quantidade de imóveis tombados, por esfera de tombamento *(retirado do site)*:

- números de quantidade de imóveis tombados pelas 3 esferas mostravam que a esfera municipal havia sido maior que as demais, porém foram excluídos do site.

(v) Evolução da quantidade de imóveis tombados com demarcação de Área Envolvente:

- dados até 2018, atualizados em dezembro de 2019;
- somatória de área demarcada como Área Envolvente:
2014 = 21.688.899m²
2015 = 22.668.886m²
2016 = 22.802.794m²
2017 = 24.789.391m²
2018 = 26.160.658m²

(vi) Distribuição dos recursos liquidados do FUNDURB, no Sistema de Proteção ao Patrimônio Cultural

- dados de 2014 a 2019;
- repasses a essa destinação oscilam sem qualquer justificativa, e são irrisórios em relação ao valor total liquidado pelo FUNDURB [2014 = 3,64%; 2015 = 2,40%; 2016 = 3,38%; 2017 = 6,08%; 2018 = 0,40% e 2019 = 0,06%]

Geosampa:

Mapa “Bens tombados ou em processo de tombamento”

- ilustra os dados encontrados no indicador do site do Monitoramento do PDE: “**Evolução da quantidade de imóveis tombados**”, que foi excluído do site do Monitoramento do PDE.

Outros Indicadores:

Oferecemos dados da cidade de Medellín, na Colômbia, internacionalmente conhecida pelo narcotráfico e pela violência, que, no início da década de 2000, ao (re)conhecer sua história e pessoas, regenerou seu território através de um projeto urbanístico pautado 90% em ações culturais e de inclusão social, que resultou no resgate do sentimento cidadão de pertencimento à cidade. Hoje, Medellín é 95% menos violenta que 20 anos atrás.

RECOMENDAÇÕES PRINCIPAIS:

- disponibilização de dados atualizados e completa metodologia de cálculo;
- políticas públicas de preservação do patrimônio histórico e cultural, em prol da valorização da memória e sensação de pertencimento à cidade;
- políticas públicas de incentivo e inclusão da diversidade cultural;
- políticas públicas de inclusão digital, especialmente voltadas para educação.

6 ECONOMIA CIRCULAR, o capital na urbe.

PDE	ODS	Monitoramento PDE	ObservaSam pa	Informes Urbanos	GeoSampa
XIV - fomentar atividades econômicas sustentáveis, fortalecendo as atividades já estabelecidas e estimulando a inovação, o empreendedorismo, a economia solidária e a redistribuição das oportunidades de trabalho no território, tanto na zona urbana como na rural.	11.a Apoiar relações econômicas, sociais e ambientais positivas entre áreas urbanas, periurbanas e rurais, reforçando o planejamento nacional e regional de desenvolvimento.	Participação dos Perímetros de Incentivo ao Desenvolvimento Econômico no total de estabelecimentos não-residenciais instalados no Município	Sem dados específicos	“Quem são os produtores agrícolas da Zona Sul de São Paulo”	Sem dados específicos
		Participação dos Perímetros de Incentivo ao desenvolvimento econômico no total de empregos formais no Município		“Microempreended or individual paulistano: balanço de uma década”	
		Distribuição dos estabelecimentos não-residenciais instalados nos Perímetros de Incentivo ao Desenvolvimento Econômico, por setor de atividade		“Economia Paulistana diante da Crise”	
		Distribuição dos empregos formais nos Perímetros de Incentivo ao Desenvolvimento Econômico, por setor de atividade		“O emprego industrial na cidade de São Paulo no decênio 2006-2016”	
		Evolução da área construída nos Perímetros de Incentivo ao Desenvolvimento Econômico, por categoria de uso			
		Evolução da área construída nos Perímetros de Incentivo ao Desenvolvimento Econômico			

RESULTADOS ENCONTRADOS

Monitoramento do PDE

(i) Participação dos Perímetros de Incentivo ao Desenvolvimento Econômico no total de estabelecimentos não-residenciais instalados no Município

- dados de 2014 a 2018, sem dados de 2019;
- dados apontam retração no número de estabelecimentos não-residenciais, tanto como no município como um todo (queda de 2,71%), quanto nos PIDEs (queda de 1,43%), conforme abaixo detalhado:

ANO	TOTAL DE ESTABELECIMENTOS NÃO-RESIDENCIAIS NO MUNICÍPIO	Raimundo P. de Magalhães	Fernão Dias	Cupeçê	Jacu-Pêssego
2014	306.156	204	337	1.615	3.828
2015	302.544	187	313	1.525	3.965
2016	299.505	248	296	1.500	3.854
2017	295.456	1.629	124	1.371	2.172
2018	292.925	228	228	1.341	4.035*

**representa 1,38% do total no Município*

(ii) Participação dos Perímetros de Incentivo ao Desenvolvimento Econômico no total de empregos formais no Município

- dados de 2014 a 2018, sem dados de 2019;
- dados de emprego, aqui analisados, acompanham o indicador acima, sobre estabelecimentos comerciais, demonstrando queda nos números. De acordo com as informações, no município o total de empregos encolheu em 6,7%, enquanto nas áreas de Perímetro de Incentivo ao Desenvolvimento Econômico a retração foi de 4,56%.

(iii) Distribuição dos estabelecimentos não-residenciais instalados nos Perímetros de Incentivo ao Desenvolvimento Econômico, por setor de atividade

- dados de 2014 a 2018, sem dados de 2019;
- setores da economia dividido por: serviços; indústria da transformação; construção civil; e comércio;
- apenas serviços e construção civil tiveram aumento de números, indústria da transformação e comércio apresentaram queda nos números;
- a retração com mais intensidade ocorreu na área de indústria da transformação.

(iv) Distribuição dos empregos formais nos Perímetros de Incentivo ao Desenvolvimento Econômico, por setor de atividade

- dados de 2014 a 2018, sem dados de 2019;
- setores da economia dividido por: serviços; indústria da transformação; construção civil; e comércio;
- apenas serviços apresentou aumento de vagas, indústria da transformação, construção civil e comércio apresentaram queda nos números;
- a retração com mais intensidade ocorreu na área de indústria da transformação.

(v) Evolução da área construída nos Perímetros de Incentivo ao Desenvolvimento Econômico, por categoria de uso

- dados de 2014 a 2019 para categorias de uso residencial e não residencial;
- nos quatro perímetros de incentivo econômico é permitida a utilização de Coeficiente de Aproveitamento Máximo = 4, com isenção de cobrança de outorga onerosa de Potencial Construtivo Adicional de Construção, para empreendimentos não-residenciais e de uso misto;

- apesar do incentivo construtivo ser para empreendimentos não-residenciais, o indicador aponta que entre 2014 e 2019 foi a área dos empreendimentos residenciais que apresentaram maior evolução. Nos imóveis dessas categorias de uso, o total de área construída cresceu 14,31%. Já a área construída dos imóveis não-residenciais tiveram incremento de 6,85% nesse período.

(vi) **Evolução da área construída nos Perímetros de Incentivo ao Desenvolvimento Econômico**

- dados de 2014 a 2019 para categorias de uso residencial e não residencial;
- condensa as informações do indicador acima no total da área construída de cada um dos quatro corredores destinados ao desenvolvimento econômico;
- a área construída dos quatro perímetros de incentivo ao desenvolvimento econômica cresceu 10,79% entre 2014 e 2019;
- o PIDE que mais cresceu no período de 2014 a 2019 foi o Raimundo Pereira de Magalhães (59,43%), seguido de Fernão Dias (17,40%), depois Cupecê (9,26%) e por último Jacu-Pêssego (8,12%).

Informes Urbanos

1. Quem são os produtores agrícolas da Zona Sul de São Paulo

- estudo elaborado pelas equipes de Geoinfo e do Projeto Ligue os Pontos, publicado no site da SMDU em junho de 2020, e que faz uma análise detalhada dos dados que compõem o Cadastro das Unidades de Produção Agropecuária da Zona Sul do Município de São Paulo;
- constatou-se que os produtores agrícolas da zona sul da cidade são de pequeno porte e caracterizam-se pela agricultura familiar, tendo parte de sua área voltada à produção de folhosas e plantas ornamentais;
- baixa a comercialização da produção dessas unidades agrícolas, com baixos ganhos monetários e alta informalidade;
- 80% dos agricultores pesquisados não está ligado a nenhuma forma de cooperativismo ou associativismo;
- 428 unidades agrícolas pesquisadas, 264 comercializam seus produtos e 164 não comercializam.

2. Microempreendedor individual paulistano: balanço de uma década.

- estudo elaborado a partir de uma colaboração entre Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano (SMDU) e Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo (SMDET), publicado no site da SMDU em setembro de 2019, retrata a expansão e a caracterização do microempreendedor individual (MEI) no município de São Paulo, bem como sua distribuição no território intraurbano;
- nos primeiros seis meses após a regulamentação, em 2009, já havia mais de 3 mil inscritos no município e atualmente são quase 700 mil;
- a faixa etária com mais inscritos é entre os 31 e os 40 anos;
- a maior quantidade está na Zona Leste (200 mil inscritos);
- o setor de serviços abrange cerca de 60% das MEIs paulistanas, seguido do comércio, com 23%;
- de 2014 até 2019 o crescimento de MEIs foi de 82,81%;
- há uma crescente participação de imigrantes nessa categoria de empreendedor, destacando-se os bolivianos, chineses e nigerianos;
- A maioria dos MEIs possui sede na própria residência e, portanto, sua distribuição territorial no município está bastante aderente à distribuição populacional. Grajaú, Cidade Ademar, Jardim São Luís destacam-se entre os distritos que apresentam maior número de MEIs. Já em termos de densidade de MEIs por área, há maior concentração no Brás e na região central. Dentre as regiões, a Zona Leste apresenta a maior quantidade, com aproximadamente 200 mil inscritos.

3. Economia Paulistana diante da Crise

- Estudo, publicado no site da SMDU em julho de 2019, que consiste em uma análise sobre os resultados do PIB (Produto Interno Bruto) da cidade;
- entre 2014 e 2016 o PIB:
 - paulistano cresceu 10,5%;
 - Região Metropolitana de São Paulo avançou 8,3%;
 - Estado de São Paulo, 9,7%,
 - o do Brasil 8,4%.
 - Participação de São Paulo no PIB brasileiro [2014 = 76%; 2015 = 10,90%;2016 = 10,96%]

4. O emprego industrial na cidade de São Paulo no decênio 2006-2016

- Estudo, publicado no site da SMDU em dezembro de 2018, que estuda o emprego na cidade de São Paulo, no período 2006-2016, com base nos dados das Relações Anuais de Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho;
- entre 2010 e 2016 a indústria paulistana perdeu mais de 130 mil postos de trabalho e diminuiu sua participação no total de empregos;
- dados de redução de emprego de todos os setores produtivos entre 2014 e 2016:
 - agricultura, caça e pesca: queda de 24,98%;
 - indústria de transformação: queda de 18,78%;
 - serviços industriais de utilidade pública: queda de 18,83%;
 - construção civil: queda de 24,66%;
 - comércio: queda de 4,90%;
 - serviços: queda de 3,55%;
 - administração pública: queda de 4,51%.
- a indústria farmacêutica foi a única que manteve o nível de emprego formal no referido decênio.

RECOMENDAÇÕES PRINCIPAIS:

- disponibilização de dados atualizados e completa metodologia de cálculo;
- criação, regulamentação e políticas de fomento das zonas, parques tecnológicos, perímetros e polos de incentivo ao desenvolvimento econômico trazidos pelo PDE;
- políticas de fomento de ações inovadoras, como o Projeto Ligue os Pontos, que busquem promover o fortalecimento da atividade agrícola e a melhoria nas condições de vida da produtores rurais, visando assegurar a proteção ambiental necessárias à manutenção dos mananciais;
- políticas de inclusão de imigrantes e refugiados;
- políticas de inclusão digital.

7 GESTÃO INTEGRADA E PARTICIPATIVA, princípios fundamentais do desenvolvimento sustentável.

PDE	ODS	Monitoramento PDE	ObservaSampa	Informes Urbanos	GeoSampa
XV – fortalecer uma gestão urbana integrada, descentralizada e participativa. XVII - garantir que os planos setoriais previstos neste Plano Diretor Estratégico sejam articulados de modo transversal e intersetorial.	11.3 Até 2030, aumentar a urbanização inclusiva e sustentável, e as capacidades para o planejamento e gestão de assentamentos humanos participativos, integrados e sustentáveis, em todos os países.	Sem dados específicos	Sem dados específicos	Sem dados específicos	Sem dados específicos

RECOMENDAÇÕES PRINCIPAIS:

- eleição indicadores para monitoramento e aferição dos resultados obtidos;
- disponibilização de dados atualizados e completa metodologia de cálculo;
- execução de políticas inclusivas de fomento à participação social, tais como debates, audiências e consulta pública.